

## DESAPRENDIZAGENS, PENSAMENTO FRONTEIRIÇO-QUEER E A SALA DE AULA

### **Bruno Pacheco**

*Mestrando do curso de Letras: Linguagens e Representações pela  
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC- pacheco.letras@gmail.  
com*

### **Celio Silva Meia**

*Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social- UCSal-  
celiomeira2014@gmail.com*

### **(Adrian) Henrique Ferreira Barboza**

*Graduado pelo Curso de Letras Vernáculas da Universidade Estadual do  
Sudoeste da Bahia – UESB-adrianhenrique1920@gmail.com*

### **Resumo**

Nas últimas décadas, a proliferação no campo dos estudos de gêneros, sexualidades e interseccionalidade, sob uma ótica queer e decolonial ganhou significativas contribuições teórico-analíticas bastante pertinentes. Tal prosscênio tem nos acolitados a reverberar acerca da necessidade, cada vez maior, de pesquisadores enxergarem sentidos múltiplos e, por vezes, conflitantes das diversas manifestações articuladas interseccionalmente nos diferentes marcadores sociais. Nessa seara, a proposta de texto, aqui apresentada, objetiva discutir os processos de desaprendizagens dos pensamentos de fronteiras e como estas novas propostas de estudos se materializam no fazer pedagógico diário em sala de aula, pois, entendemos a sala de aula como um campo favorável para tecer as dicotomias modernas, principalmente para aprendermos com a diferença e a vê-la não como desigual, mas como riqueza de viver na diversidade, tendo em vista a conveniência do reconhecimento de uma igualdade que abrace as diferenças e não de uma diferença que produza, alimente ou reproduza as desigualdades. Esta

comunicação objetiva compreender, provocar e discutir acerca da Teoria Queer e como esta poderá se fazer presente na nossa prática pedagógica. Por tratar-se de uma abordagem eminentemente teórica, não houve a necessidade de um campo empírico. A metodologia consistiu-se em fontes bibliográficas acerca do tema em estudo.

**Palavras-chave:** Desaprendizagens; Decolonialidade; Teoria-Queer; Sala de Aula.

## Introdução

*“Os ventos do norte não movem moinhos”*

**P**ara nos iluminarmos e nos inspirarmos, na incumbência da escrita deste texto, começamos com um dos versos da canção *“Sangue latino”*, escrita por João Ricardo e Paulinho Mendonça, lançada no primeiro álbum do grupo musical Secos & Molhados, em 1973, a qual ficou nacionalmente conhecida na voz do intérprete Ney Matogrosso. A letra dessa música nos serve como metáfora para o que vamos discutir, um necessário e urgente giro decolonial.

O professor Djalma Thürler (2019), nos alerta para a urgência de um movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico à lógica da modernidade/colonialidade e, portanto, de rompimento com projetos globais euronortecêntricos e a implementação de processos de refundação, afinal, “quebrar a lança” (10º verso) da supracitada canção, significa romper com a coroa portuguesa e com tudo o que ela representa: a dominação, a colonização, a cultura escravocrata. E a retomar a consciência de que a cultura euronortecêntrica não move mais os moinhos latino americanos.

Ao fazer aqui uma rápida menção a uma produção publicada por Stuart Hall (2003), quando este se pergunta sobre “quando foi o pós-colonial”, perguntamo-nos quando foi o decolonial? Este enxerga o pós-colonial como uma abordagem crítica que se propõe a superar a crise de compreensão produzida pela incapacidade de antigas teorias e categorias de explicar o mundo, afirmando:

O “pós” do pós-colonial não significa que os efeitos do domínio colonial foram suspensos no momento em que concluiu o domínio territorial sob uma colônia. Ao contrário, os conflitos de poder e os regimes de poder-saber continuaram e continuam nas chamadas nações pós-coloniais. Diante disso, na resposta de Hall, o que será distintivo no pós-colonialismo será a capacidade de fazer uma releitura da colonização, bem como o tempo presente a partir de uma escrita descentrada, da diáspora; ou ainda global, das grandes narrativas imperiais do passado, que estiveram centradas na nação (Hall, 2003: 109).

Quando falamos em decolonialidade, abre-nos uma porta para reverberar sobre desaprendizagens (THÜRLER, 2018a) e lançar o desafio de pensar e repensar a dinâmica das relações culturais na contemporaneidade e propor um debate que nos leva a refletir sobre a refundação de uma sociedade possível na perspectiva de um pensamento fronteiro-queer, um debate produtivo para entender os efeitos da colonialidade do saber e os caminhos possíveis traçados por muitos/as pesquisadores/as no diálogo com saberes outros, de mundos e conhecimentos de outro modo (ESCOBAR, 2003), na construção mesmo de novos saberes.

Quando o professor Djalma Thurler, nos apresenta essa discussão sobre essa pedagogia da desaprendizagem, significa trazer a voz dos subalternizados para o primeiro plano, reconhecer a existência de diversos projetos decoloniais, que são silenciados ou produzidos como inexistentes pela narrativa hegemônica da nação. Permite-nos colocar “a narrativa dos excluídos no centro das coisas” (SAID, 2003, p.41). Com isso, na nossa história, tanto *o que fala* quanto *quem fala* estiveram nitidamente definidos. Alinhando nossas reflexões com o pensamento de Joaze Bernardino-Costa (2015) quando este nos diz que essa delimitação do conteúdo da fala e dos atores autorizados a produzir discurso explica a constituição de uma narrativa hegemônica sobre a nacionalidade brasileira que a pensa como harmônica, democrática e flexível. No contexto da produção colonial, o subalterno não tem história e não pode falar, o subalterno, como a exemplo das minorias de gêneros, sexualidades, raças etc. tem estado mais profundamente na sobra. O autor define temporalmente o conceito de colonialidade: “[...] padrão hierárquico constituído durante a formação do mundo moderno, iniciado em 1492.” (COSTA, 2015, p.27), sendo que este padrão não se desfez com o fim das administrações coloniais, o que nos permite perceber a sobrevivência em plena modernidade das hierarquias coloniais.

Assim, as populações nacionais possuem localizações diferenciadas de acordo com seu posicionamento na hierarquia de poder de raça, gênero, sexo, classe, conhecimento, espiritualidade etc. logo, segundo Costa (2015), o conhecimento não é produzido de uma posição universal, mas sim a partir de diferentes posicionamentos dos atores nesse padrão hierárquico de poder.

## Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi levado em consideração a leitura de diferentes autores cujos temas subsidiaram a nossa escrita. Desse modo, o levantamento bibliográfico tornou-se o pilar para a edificação deste texto. Foram realizadas leituras críticas, discussões e embates sobre as teorias destes, a fim de compreender como se processa o pensamento fronteiriço-queer e a sala de aula, e, conseqüentemente, a desaprendizagem.

## Referencial teórico

Ao se pensar em desaprendizagem, pensamentos fronteiriço-queer e a sala de aula, logo nos vem à mente os estudos de decolonização proposto por diversos autores latino-americanos. Assim, autores como o professor Djalma Thürler (2018) nos serve de base teórica para refletir sobre a decolonização do eurocentrismo mundial. Pensar no período pós colonialismo é necessário para nos entendermos enquanto indivíduos longe dos padrões europeus. Contudo, Hall (2003) nos mostra que refletir no pós-colonialismos é realizar re-leituras a partir das histórias contadas por homens, brancos, cristãos, europeus e heteronormativos.

No espaço escolar, Lima & Borba (2014), assim como Louro (1997; 2000) apresentam a necessidade de um pensamento de desaprendizagem daquilo ensinado pelos padres católicos no processo de catequização. Dito de outra forma, se faz necessário romper com os padrões prescritos pelos s(c)istema legitimado pela matriz heterossexual.

## Resultados e discussão

### Discutindo o conceito de desaprendizagens e o pensamento fronteiriço-queer

Desde o nascimento, somos enquadrados aos padrões cisheteronormativo imposto pela sociedade patriarcal. Nomes, cores, brinquedos, modelos de roupas e até mesmo a religião estabelecem princípios normativos legitimados pela cisheteronormatividade que,

aos olhos nus, não parecem haver nenhum problema. Contudo, ao lermos nas entrelinhas, logo de cara é possível notar a imensa quantidade de questões coloniais, judaico-cristão, eurocêntrica e patriarcal tratadas com normalidade e aceitação. Nesse contexto, quando começamos a nos desviar, ou melhor, praticar a desaprendizagem sobre tudo que foi e é legitimado pela heteronormatividade, os nossos corpos ocupam o lugar da abjeção e da monstruosidade.

Mas, a final, o que é desaprendizagem? Nas palavras de Lima & Borba (2014, p. 04) “[...] A desaprendizagem não é isso ou aquilo, certo ou errado. Muito pelo contrário. Desaprender – perder-se no descaminho e repensar o que podemos nos tornar – requer deixar-se ser capturado pelo “e”: deste modo e daquele modo [...].” Dito de outra forma, é repensar a existência longe dos padrões coloniais trazidos pelos europeus a partir de 1.500. Assim, a desaprendizagem torna-se uma importante atividade enquanto corpos travestis, lésbicos, gays não-binários e latino-americanos.

Muito se engana quem acha que os estudos sobre gênero e sexualidade surgiram agora no século XXI. Desde a década de 1980, os estudos ligados ao movimento LGBT – majoritariamente sobre as identidades gays e lésbicas – já se proliferavam pelas vielas, ruas e avenidas dos Estados Unidos daquela época. Contudo, estes estudos não levavam em consideração uma maior pluralidade de identidades, surge na década de 1990 o movimento *queer*, que é um termo considerado como algo ruim, estranho, abjeto, o que não é visível. E justamente por ser algo que é “estranho”, que o termo foi elencado para que desse “voz” àquilo que não se encaixa às normas, como Richard Miskolci em *A Teoria Queer* e a *Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*, postula:

Teórica e metodologicamente, os estudos queer surgiram do encontro entre uma corrente da Filosofia e dos Estudos Culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês, que problematizou concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação. Central foi o rompimento com a concepção cartesiana (ou Iluminista) do sujeito como base de uma ontologia e de uma epistemologia. Ainda que haja variações entre os diversos autores, é possível afirmar que o sujeito no pós-estruturalismo é sempre encarado como provisório, circunstancial e cindido. (MILKOSCI, 2009, p.152)

Não podemos esquecermos de mencionar a importância que as obras de Michel Foucault e Jacques Derrida tiveram (e têm) aos estudos queer, pois antes mesmo do seu início em 1990, os autores já postulavam noções que foram extremamente importantes para esta teoria.

Miskolci (2009) explica que Foucault (1976) na sua célebre obra *História da Sexualidade I: a vontade do Saber* reflete que a sexualidade é constituída por meio de discursos, tendo a sua proliferação a partir do século XIX, enquanto Jacques Derrida em *Gramatologia* (1976) traz noções de desconstrução e complementaridade:

“A contribuição de Jacques Derrida para a Teoria Queer pode ser resumida a seu conceito de complementaridade e à perspectiva metodológica da desconstrução. A complementaridade mostra que significados são organizados por meio de diferenças em uma dinâmica de presença e ausência, ou seja, o que parece estar fora de um sistema já está dentro dele e o que parece natural é histórico. Na perspectiva de Derrida, a heterossexualidade precisa da homossexualidade para sua própria definição, de forma que um homem homofóbico pode-se definir apenas em oposição àquilo que ele não é: um homem gay.<sup>7</sup> Este procedimento analítico que mostra o implícito dentro de uma oposição binária costuma ser chamado de desconstrução. Desconstruir é explicitar o jogo entre presença e ausência, e a complementaridade é o efeito da interpretação porque oposições binárias como a de hetero/homossexualidade, são reatualizadas e reforçadas em todo ato de significação [...]” (MILKOSCI, 2009, p.153-154)

A partir das indagações desses autores, surgem outros teóricos(as) que irão dar o pontapé inicial para a Teoria Queer: Sedgwick com “*Epistemologia do Armário*” e a Judith Butler com “*Problemas de Gênero*”. Esta última se tornou um marco para os estudos Queer em todo o mundo, sendo, também, um das principais referências aos estudos de gênero e sexualidade. No Brasil, vários autores também se destacam quanto aos estudos destes temas, a citar um deles: a pesquisadora Guacira Lopes Louro.

Escritora de diversas obras sobre gênero, sexualidade e educação, a autora nos presenteia com seu rico conhecimento e nos faz questionarmos sobre os “tabus” que ainda persistem em existir na

sala de aula. A coletânea *O corpo Educado*, organizada pela autora com ensaios de outros seis autores, nos provoca a (re)pensar como questões que envolvam gêneros e sexualidades são construídas em uma sociedade onde o padrão cisheteronormativo impõe a como os corpos/corpas devem se comportar para serem “aceitos”.

## E a sala de aula?

A sociedade moderna, marcada como nos aponta Santos (1997) por uma fragmentação cultural, política e identitária que leva a um multiculturalismo, busca uma homogeneidade social, uma linearidade do pensamento ocidental que tenta impor a cada indivíduo, a cada grupo social, a cada cultura os seus padrões. Entretanto, para romper este processo precisamos perceber “as conexões existentes entre os múltiplos elementos que formam um real social [...]. [...], superando-as pela noção de multiplicidade, dando abertura para a complexidade, para tecer junto” (ALMEIDA, CESTARI, 2015, p. 383).

Nesse sentido, entendemos que a sala de aula é um campo favorável para tecer as dicotomias modernas, principalmente para aprendermos com a diferença, ou seja, a ver o diferente, não como desigual, mas como riqueza de viver na diversidade, pois, “faz-se necessário o reconhecimento de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades” (HASS, 2017, p. 28). Assim, devemos “compreender a individualidade como diferenciação e constituição de subjetividades, ou seja, como modos de ser do sujeito”(MEIRA, AMORIM, 2020, p. 197). E uma das ferramentas para alcançar na sala de aula esta discussão são os estudos queer.

No contexto escolar, vemos isso em todos os lugares, sejam nas cores atribuídos aos corpos (azul – menino; rosa-menina), até mesmo nas próprias interações daqueles sujeitos na sala de aula.

Louro (2000), nos provoca fazendo o seguinte questionamento:

O que está em jogo nesses recorrentes debates sobre a moralidade e o comportamento sexual? Está presente, claramente, uma série de preocupações diferentes, mas relacionadas: as relações entre homens e mulheres; o problema do desvio sexual; a questão da família e de outros relacionamentos; as relações entre adultos e crianças; a questão da diferença, seja



de classe, gênero ou raça. Cada uma dessas tem uma longa história, mas nos últimos duzentos anos elas se tornaram preocupações centrais, freqüentemente se centrando ao redor de questões sexuais. Elas ilustram o poder da crença de que os debates sobre a sexualidade são debates sobre a natureza da sociedade: tal sexo, tal sociedade. (LOURO, 2000, p.18)

A escola é um local que, a princípio, é tida como instituição que promove a diversidade. Mas, esse pensamento não é visto na prática, já que a escola faz o reverso; ela separa, segrega, exclui e não permite que os sujeitos – com suas múltiplas identidades – ocupem aquele espaço. Retornando aos pensamentos da Guacira Lopes Louro em *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva estruturalista*, cita que:

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazem sentido”, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos. (LOURO, 1997,p.58)

A instituição escola como ela se encontra estruturada desde o seu surgimento tem o papel de “enquadrar” todo aquele ou aquela que estiver fora das normas sociais vigentes, ela existe enquanto um campo disciplinador, onde ideias são inculcadas nas cabeças dos futuros cidadãos que conseqüentemente gerenciarão a nossa sociedade. Afinal, a escola seve, segundo seus princípios morais e éticos, para formar pessoas de bem, nunca para transgressão ou para a contestação.

Portanto, precisamos desconstruir e “queerizar” os moldes como a escola atua na sociedade, dando importância às múltiplas identidades que nela existem, e que também estão em todos os espaços. E onde está o *queer* nisso tudo? Ou melhor, o *queer* não está em tudo?

## Considerações finais

Para Bourdieu (1998) a escola não apenas transmite e constrói conhecimentos, mas, também, reproduz padrões sociais, deturpando valores e “fabricando sujeitos”. A escola, como se encontra estruturada, foi feita para o binarismo, começar, como dito antes, neste estudo, pela sua arquitetura, banheiros para meninas e banheiros para meninos, em alguns casos mais remotos, filas de meninos e filas de meninas. Nunca nos seus espaços nem físicos nem pedagógicos existem lugar para um outro ou para uma outra que não se encaixe em uma das situações descritas acima.

Buscando caminhos para todas essas indagações, aqui reverberadas, é que Furlani (2009) vê possibilidades de instigar discursões acerca de posturas e encaminhamentos pedagógicos, tendo o referencial queer como um ponto de partida que seja capaz de tornar o ato pedagógico da sala de aula infindavelmente provocativo e instigante. Em que, a teoria queer seja para “[...] educadores e educadoras[...] o caminho de ampliar o sentido da supracitada teoria, para além da conotação sexual e de gênero e voltar-se para um jeito queer de pensar a educação, o conhecimento, o poder e a construção das identidades” ( LOURO, 2000, p.211).

Práticas pedagógicas que não consideram o afeto, a representatividade, o corpo e a experiência são práticas potencializadoras das exclusões de minorias políticas, sobretudo em relação ao cruzamento das identidades de gêneros, classe, raça e sexuais. Precisamos pensar numa pedagogia embasada na práxis libertadora que venha transgredir normatizações, subverter as opressões e produzir conhecimentos e sujeitos emancipados. Precisamos descolonizar nossas práticas enquanto professores, diretores, servidores, etc. Precisamos sair da zona de conforto, permitir outras visões, outras experiências subjetivas e corporais. Precisamos descolonizar nossas leituras, precisamos conhecer outros modos de pensar a educação. Thiffany Odara ( 2020) nos questiona que a academia precisa ser um espaço pensado também para acolher corpos pretos dissidentes. “[...] uma vez que nossos corpos estão marcados para morrer diante do preconceito e discriminação que impactam diariamente em todo tempo de vida.” ( ODARA, 2020, p15). E, é neste diapasão de subversão e disputa que precisamos reconhecer a potência política de algumas ações e estudos, tais como:

decolonialidade, pensamento de fronteira, desaprendizagem, a fim de enfrentar, em especial, a nova era fascista-cisheteronormativa-machista-racista que estamos a viver.

## Referências

ALMEIDA, Larissa Monique de Souza; CESTARI, Luiz Artur dos Santos. **A constituição da diferença na individualidade e na formação humana: uma cartografia da concepção do ciclo de formação humana no Ensino Fundamental.** In: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, 11., 2015. **Anais [...]** Vitória da Conquista: Museu Pedagógico, 2015. ISSN: 2175-5493.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, Joaze Bernardino. **Saberes subalternos e decolonialidade:** os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

ESCOBAR, Arturo. **Mundos y conocimientos de otro modo:** el programa de investigación modernidad/colonialidad latino-americano. Tabula Rasa, n. 1, 2003, p. 58-86.

FURLANI, Jimena. Direitos humanos, direitos sexuais e pedagogia queer: o que essas abordagens têm a dizer à Educação Sexual? In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação:** problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

HALL, Stuart. **Quando foi o pós-colonial?** Pensando no limite. In: Hall, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais, p. 101-131. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HASS, Ingrid Freire. Os direitos humanos e os desafios da diversidade cultural: a (in)tolerância diante do diferente. **Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v.12, n.26, p. 15-30, jan/abr. 2017.

LIMA, F.; BORBA, R. (no prelo). **Sobre (des)aprendizagem e multidões queer:** Rizomas, multiplicidades e a política menor. In.: Alves, D. (org.), *Gênero e Diversidade na Escola*. Disponível em: <[https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/39192790/LIMA\\_BORBA\\_2015.pdf?1444876510](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/39192790/LIMA_BORBA_2015.pdf?1444876510)>. Acesso em 22 mar 2021.

LOURO, Guacira Lopes; LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. **Gênero, Sexualidade e Educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MATOGROSSO, Ney. **Vira-lata de raça.** Pesquisa, interlocução e organização: Ramon Nunes Mello. São Paulo: Tordesilhas, 2018.

MEIRA, Celio Silva; AMORIM, Celeste Dias. A teoria queer e a sala de aula: aprender com o diferente. In: CHICAVA, Augusto Kessai Agostinho; SCHUTZ, Jenerton Arlan ( Orgs). **Educação e Pesquisa:** dialogando com a pluralidade. São Carlos:1ª edição,p.197-208, Pedro & João Editores, 2020

MILKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia:** o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias Dossiê*, Porto Alegre, n. 21, p.150-182, jan./jun. 2009.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da Desobediência:** travestilizando a educação. 1ª edição. Salvador-BA. Editora Devires, 2020.

SAID, Edwar. **Cultura e Política.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. Faculdade de Economia de Coimbra e Centro de Estudos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.48, p.11-32, jun.1997.

THÜRLER, Djalma. **“Sabedoria é desaprender”** – notas para a construção de uma política cultural das margens. In: SILVA, Gimima; PUGA, Lucia; RIOS Otavio (orgs). *Alfabetização política, relações de poder e*

cidadania: perspectivas interdisciplinares. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018a.

\_\_\_\_\_. **Sexualidade e políticas de subjetivação no campo das artes** - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.